

**RELATOS DE PESQUISA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Carolina Messoria Bagnolo

RESUMO

Esta comunicação visa compartilhar alguns resultados pertinentes à pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação, onde se buscou analisar a produção intelectual em sociologia ambiental na América Latina, entendendo quais são as propostas ou soluções que essa produção coloca para a minimização dos problemas socioambientais. Apesar dos resultados obtidos, nota-se que a educação ambiental, difundida como promessa para a emergência da consciência ambiental e possível superação da crise civilizatória, pouco se destaca dentre as preocupações da sociologia (como pode ser visto também em Layrargues, 2002).

PALAVRAS-CHAVE

Produção intelectual; Sociologia ambiental; Educação ambiental; América Latina

**RESEARCH STUDIES: CONSIDERATIONS ON SOCIOLOGY AND
ENVIRONMENTAL EDUCATION**

ABSTRACT

This communication aims to share some pertinent results to the research carried in the scope of the after-graduation, where it searched to analyze the intellectual production in environmental sociology in Latin America, understanding which are the proposals or solutions that this production places for the minimization of social environmental problems. In relation to the results, it is noticed that environmental education, spread out as a promise to the emergency of environmental conscience and possible overcoming of the civilization crisis, a little is distinguished amongst the concerns of sociology (as it can also be seen in Layrargues, 2002).

KEYWORDS

Intellectual production; Environmental sociology; Environmental education; Latin America

Este artigo relata algumas inquietações resultantes da pesquisa de mestrado intitulada “Produção intelectual em qualidade de vida na América Latina”. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a produção intelectual em sociologia ambiental, e buscou entender quais as propostas que esta produção esboçou para a solução e/ou minimização dos problemas socioambientais.

Resgatando um pouco a trajetória da pesquisa, tivemos a princípio que a sociologia ambiental em questão seguiria os mesmos passos da sociologia ambiental norte americana, enfatizando o movimento ambientalista como o grande propulsor de melhoras significativas na qualidade de vida. E havia ainda uma tendência, mesmo que não explicitada, em pensarmos a Educação Ambiental (EA)¹ como uma resposta significativa da produção, dada a importância deste debate nos mais diversos setores sociais.

No decorrer da análise feita nos cento e vinte sete textos, escolhidos por representar o processo de institucionalização e consolidação da problemática ambiental no interior da sociologia, pudemos perceber que a EA não faz parte das reflexões dos sociólogos brasileiros, caso que se repete na sociologia internacional, como pode ser visto em Layrargues (2002).

Dentro do contexto exposto, pretendemos, no presente artigo, lançar algumas considerações para que possamos pensar nos reais motivos da ausência da EA no debate sociológico. Para tanto, esboçaremos brevemente o histórico de institucionalização e consolidação da sociologia ambiental, faremos uma análise da ausência da EA na produção sociológica e, por fim, lançaremos algumas hipóteses, mesmo que provisórias que poderiam justificar essa ausência.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DEBATE ENTRE SOCIOLOGIA E AMBIENTE

Podemos perceber, nas últimas décadas, uma intensa proliferação e evolução dos estudos científicos sobre a relação sociedade e ambiente (FERREIRA, 2001). As ciências sociais e particularmente a sociologia acompanham esta evolução, mesmo tendo um passado teórico marcado pela fé no progresso, na racionalidade humana e no afastamento dos problemas “não sociais” do campo de estudo sociológico.

¹ Utilizaremos a sigla EA para designar Educação Ambiental.

Para Ferreira (2001) e Hannigan (1995), a sociologia ambiental nasceu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos na década de 60, e da preocupação com a situação dos recursos naturais e do desenvolvimento industrial pouco ético e altamente degradante. Neste momento, os sociólogos tinham pouco instrumental teórico para compreender as mudanças sociais nascentes na década de 60, como por exemplo, a falta de referencial teórico para a compreensão dos “novos” movimentos sociais e para o estudo da crise ambiental que se anunciava. Neste contexto, a sociologia não pôde ignorar esses novos fatos sociais, mostrando que “[...] tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais” (FERREIRA, 2001, p.43).

Não iremos reproduzir aqui o extenso percurso de consolidação e superação dos obstáculos institucionais desta nova disciplina². Mas podemos traçar uma linha de desenvolvimento, que se inicia na década de 60 e se segue até os dias atuais.

Na década de 60, a produção tinha um caráter bastante radical, onde se alertava para a insustentabilidade do modo de produção capitalista. Já a década de 70 é marcada pelo debate malthusiano e a necessidade um novo Leviatã para conter a crise, assim como por uma vasta produção sobre o movimento ambientalista (FERREIRA, 2001).

Na esteira deste debate, o sub-campo cresce consubstancialmente nas principais associações, em especial na *American Sociological Association*, assim como inúmeros programas de pós-graduação inserem a temática, oferecendo aos estudiosos uma oportunidade de especialização na área (DUNLAP, 1997; FERREIRA, 2001; HERCULANO, 2000).

Na década de 80, depois de uma queda no interesse pela área, a sociologia ambiental retorna com mais força, com o intuito de compreender os problemas socioambientais globais que estamparam as manchetes do mundo inteiro: *Three-Mile Island*, *Love Canal* e *Chernobyl*. Diante deste quadro de degradação socioambiental, acirra-se o debate público e científico sobre os riscos da sociedade moderna e emergem com força renovada os debates sobre a questão da cidadania e da qualidade de vida, fundamentais para a compreensão dos problemas postos pela sociedade (FERREIRA, 2001). Já a década de 90 é marcada pela consolidação deste sub-campo, não só nos Estados Unidos, como na Europa e América Latina.

A SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dos objetos de estudo privilegiados pela sociologia ambiental, Herculano (2000) aponta: a) movimentos ecológicos; b) riscos tecnológicos; c) política ambiental; d) desenvolvimento e, por fim, e) atitudes e valores.

No senso comum poderíamos inferir que, dentro do escopo deste objeto de estudo, estaria presente um vasto campo de estudos e pesquisas sobre EA. Ora, a EA se faz cada vez mais presente no meio acadêmico, nos órgãos governamentais, na mídia, nas organizações não-governamentais. A sociologia ambiental cresce e se institucionaliza junto ao reconhecimento e institucionalização da EA. Por que não seria uma preocupação da Sociologia Ambiental?

Pois bem, o que percebemos nesta produção, que carrega dentro de si uma preocupação em aproximar (ou reaproximar) as ciências sociais e naturais, é uma lacuna na produção sobre EA, deficiência interessante de ser analisada quando percebemos que o processo de institucionalização da sociologia ambiental se dá num período marcado pelo florescimento da EA como forte alternativa para a minimização dos problemas socioambientais e, ainda, como opção viável para a emergência de uma nova sociedade, voltada para uma nova ética, uma nova consciência. Se levarmos em conta as considerações de Herculano (2000) sobre os objetos de estudo privilegiados de pesquisa, podemos constatar também que a EA não tem espaço privilegiado nem mesmo no campo das atitudes e valores, que tem uma ênfase muito forte nos estudos sobre fatores sociais correlacionados a comportamentos ambientais desejados e utilização de estudos de psicologia social para examinar a consistência das atividades sociais e pessoais em prol do ambiente, mas nenhuma menção se faz à temática da educação ambiental.

Muitas explicações poderiam ser dadas para justificar essa ausência. Escolheremos um foco, amplamente respaldado por Buttel (2000) e Pardo (1998): a sociologia ambiental, ao aventurar-se no estabelecimento de um novo campo de estudo no interior das ciências sociais, acabou por dedicar-se ao estudo dos processos de degradação em detrimento dos processos de melhora ambiental. Dito de uma outra forma, enfatizando a degradação, dificilmente a sociologia ambiental enfocaria em seus estudos a EA.

² Para um maior detalhamento, ver os trabalhos de Ferreira (2001; 2006).

Pardo (1998), a partir da análise de algumas temáticas analisadas em sociologia ambiental, pôde perceber que esta produção pouco teorizou sobre processos que promovessem uma melhora socioambiental. O mesmo argumento utiliza Buttel (2000) para com a sociologia norte-americana em especial. Para Buttel (2000) isso constitui uma falha teórica relevante, pois a sociologia ambiental, embora institucionalizada em diversos países, pouco colaborou teoricamente para que os problemas ambientais fossem solucionados.

Podemos concluir que, se pouco se teorizou sobre os processos de melhora ambiental, muito se enfatizou os processos de degradação socioambiental. Para Buttel (2000) esta é uma grave deficiência da sociologia ambiental, e para tanto este autor procura os motivos que levaram a sociologia ambiental a negligenciar estudos que privilegiassem a busca de uma maior qualidade de vida, ou que propusesse soluções para a crise socioambiental.

Um primeiro aspecto que pode ser destacado para esta não teorização dos processos de melhora ambiental está no fato de a sociologia em questão ter se desenvolvido como resposta à falta de atenção da sociologia tradicional para com os processos naturais. Conseqüentemente, para alertar a sociologia dominante para os processos de degradação ambiental e a relação destes com a existência social, a sociologia tendeu a enfatizar a degradação. Porém, mesmo que esta ênfase tenha gerado algumas deficiências, ela foi necessária para a reorientação do pensamento sociológico nas décadas de 70 e 80 (BUTTEL, 2000).

Quais os motivos desta reorientação? Para a sociologia dominante, como bem mostra Buttel (2000), as estruturas sociais e os relacionamentos eram fatos sociais que requeriam explicações sociais. Esta postura tem o intuito de delimitar o espaço de atuação da sociologia, assim como diferenciá-la das demais ciências competidoras, tal como a economia, a psicologia e a biologia. Um outro ponto que deve ser destacado, como bem lembra Buttel (2000), é o fato de os problemas ambientais não serem, mesmo quando afeta diretamente a sociedade, um conjunto interessante de fenômenos a se examinar. Dito de uma outra forma, os problemas ambientais, na perspectiva dominante, seriam passageiros e triviais para merecerem a atenção científica dos sociólogos.

Uma segunda deficiência está na questão de a sociologia ambiental ter superestimado a coerência do movimento ambientalista e exagerado sua importância na busca de uma melhor qualidade de vida (BUTTEL, 2000; PARDO, 1998). Buttel (2000) ressalta que não há uma

forte associação entre a mobilização do ambientalismo e a legislação ambiental dos Estados Unidos, como também mostra que muito da melhora ambiental que ocorreu na década de 70 foi devido a outras ações, como a conservação induzida pelo mercado, as mudanças comportamentais, os avanços tecnológicos, entre outros aspectos.

Pardo (1998) afirma que a área temática de estudo da sociologia ambiental que mais se destacou na busca de respostas para a melhora ambiental foi o campo de análise os valores sociais e políticos, onde se insere os estudos sobre o movimento ambientalista. Contudo, da mesma forma que Buttel (2000), esta autora afirma que houve uma superestimação destes movimentos e um certo exagero sobre as melhorias que este novo movimento social traria para a sociedade, tanto que ambos os autores afirmam que nada prova que as mudanças desenvolvidas na sociedade contemporânea tenham sido resultado das manifestações do movimento ambientalista.

Buttel (2000) ressalta que é relativamente mais fácil, por parte da sociologia ambiental, teorizar sobre os processos de degradação socioambiental. Primeiro, devido ao fato de os estudiosos poderem contar com dados históricos e contemporâneos para demonstrar como as instituições afetam e deterioram o ambiente e, em segundo lugar, os exemplos históricos de melhora socioambiental são mais escassos do que aqueles relacionados à degradação socioambiental (BUTTEL, 2000). Como ainda ressalta Buttel (2000, p.33): “[...] os processos de melhora ambiental são presumivelmente fenômenos mais complexos e mais sutis do que os processos de degradação: enquanto há uma ampla gama de processos institucionais sobrepostos, que levam à degradação, a melhora do meio ambiente não é provavelmente assim constituída”.³

No contexto latino-americano, essa ausência da EA se repete. Porém não podemos creditar essa ausência a uma tendência em se enfatizar a degradação. Pelo contrário, a sociologia brasileira, foco deste trabalho, tende a um maior otimismo, trazendo contribuições positivas para a busca de uma melhor qualidade de vida. Contudo, mesmo tendo esta característica, pouco trabalhou a problemática da EA, muito embora esta esteja consolidada como alternativa de mudança social até mesmo pelos órgãos governamentais.

³ Apesar de todas estas deficiências que a sociologia ambiental apresenta, Buttel (2000) se mostra otimista quanto à capacidade desta em remediar esta situação frente aos estudos sobre qualidade de vida, através da emergência, nos países capitalistas avançados, da noção de modernização reflexiva. As teorias baseadas nesta noção – a teoria da sociedade de risco e da modernização ecológica – tendem a perceber e teorizar mais os processos de melhorias que de degradação socioambiental.

Para se chegar a esta conclusão, fizemos uma análise de alguns textos essenciais que devem estar presentes numa bibliografia sobre sociologia ambiental no Brasil. Destacamos: a revista *Ambiente & Sociedade* (1997-2003), a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1986-2002)⁴, os livros *Ecologia e Política no Brasil* (1986), *Ecologia e Política Mundial* (1991), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável* (1992), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (1996)⁵. Este conjunto de trabalhos representa de certa forma o processo de consolidação e institucionalização da sociologia ambiental no Brasil.

O objetivo da pesquisa era analisar as soluções que a sociologia ambiental fornecia, no plano teórico, para uma possível solução dos problemas socioambientais. Percebemos que esta sociologia em particular desenvolve uma postura diferenciada da sociologia internacional, pois se mostra mais otimista mesmo reconhecendo a gravidade da crise que vivemos. E, mesmo que não fosse o nosso foco à época estudar a EA, esperávamos uma maior menção a este campo de estudo como uma prática colaboradora de possíveis mudanças no campo do ambientalismo. O que pudemos observar é que a EA foi citada apenas uma vez, num total de cento e vinte sete artigos analisados e que a democracia surge nessa produção como uma possível solução para o enfrentamento da questão⁶.

A que podemos recorrer para interpretar esse resultado? Podemos estabelecer aqui uma tentativa de explicar estes dados a partir do contexto histórico desta produção. Esta ênfase na participação social e na democratização certamente é fruto do contexto histórico e social pela qual a América Latina passou, principalmente no que diz respeito aos anos de autoritarismo militar e desenvolvimentismo, que gerou conseqüências drásticas na região (GUIMARÃES, 1991). A outra face desta realidade está na desmobilização da sociedade e a fragmentação de interesses sociais, o que torna complicada a organização da sociedade em torno das questões ambientais. Ou seja, o que percebemos é uma ligação entre o que se produz teoricamente no continente e o contexto histórico da região.

⁴ Importante notar que desta revista foram analisados somente os trabalhos que tratavam, de alguma forma, a temática ambiental.

⁵ Estes quatro livros publicados no Brasil representam, como pode ser verificado no trabalho de Ferreira (2001), o processo de nascimento, amadurecimento e institucionalização da sociologia ambiental. É devido a esta constatação que esta pesquisa os escolheu como estudos de caso. Um outro ponto relevante é o fato destes livros congregarem intelectuais integrantes do GT (grupo de trabalho) sobre ambiente e sociedade da ANPOCS.

⁶ Para um maior detalhamento dos dados, ver Bagnolo (2005).

Ianni (1990) mostra que existe um contraponto entre o pensamento e a realidade tanto que muitas vezes o processo de pensar é também um processo de constituir, organizar e redirecionar as prováveis direções da realidade social. Essa relação espelho, de reciprocidade entre a sociologia ambiental e o contexto na qual está inserida pode ser vislumbrada em Ianni que afirma:

Se é verdade que existe reciprocidade entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida, esse princípio é especialmente válido para as ciências sociais. Em particular é verdadeiro para a sociologia, a economia política e a ciência política. Seja quanto à problemática, seja como referência à visão de mundo subjacente às contribuições dessas disciplinas, neste ou naquele país, é óbvio que existe sempre certa correspondência entre o pensamento social, por exemplo, e as condições de existência social. (IANNI, 1971, p.4).

Por outro lado, no plano das áreas de conhecimento aqui envolvidas – a sociologia e a educação - podemos perceber que, muito embora fossem disciplinas muito próximas, ao longo dos anos, essa forte ligação acabou se enfraquecendo. Silva (2002) faz um balanço da relação das duas disciplinas e percebe uma trajetória que se inicia na década de 20 do século, quando há um debate profícuo entre a sociologia emergente e a educação e um distanciamento, principalmente no período da ditadura militar, quando a sociologia se afasta da educação por perceber esta última como uma *policy science*, diferente do caráter estritamente acadêmico da sociologia. De acordo com, Silva “o afastamento entre sociologia e educação merece ser tratado como um fenômeno que tem uma dimensão dada pelas escolhas teóricas, mas tem também dimensões políticas e institucionais (acadêmicas e governamentais)” (SILVA, 2002, p.13).

Vale ressaltar que embora tenha havido esse afastamento, a partir da década de 80 os programas de sociologia passaram a inserir a educação como linha de pesquisa e, possivelmente, podemos relacionar essa re-interação à aproximação da sociologia e a educação ambiental a partir de meados da década de 90, como sinaliza Layrargues (2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a sociologia ambiental tem pouco apreço pela temática da EA. No caso da sociologia brasileira, é pouco citada como estratégia de promoção de qualidade de vida e creditamos esse afastamento ao fato desta produção estar vinculada de forma muito forte com o contexto histórico, como não poderia ser diferente. Aliamos este afastamento,

também, ao distanciamento da sociologia da área educacional, como descrevemos anteriormente.

Percebemos aqui que, para a sociologia, a educação não tem papel fundamental na construção de uma sociedade sustentável⁷ e essa ausência, como bem ressalta Layrargues (2002), traz prejuízos para o campo de estudo da EA. Sabemos que a educação em si responde a diferentes propostas e ideologias⁸, que orientam as práticas pedagógicas, para o bem ou para o mal. Faz-se necessário a sociologia analisar as propostas de EA, buscando alertar que esta nova “modalidade da educação”, como bem mostra Layrargues (2002), também pode ser usada como um mecanismo de reprodução das relações sociais desiguais que representam interesses políticos e ideológicos que não possuem como meta a efetiva mudança social.

REFERÊNCIAS

BAGNOLO, C. M. **Produção intelectual em qualidade de vida na América Latina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BUTTEL, F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. et al (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

DUNLAP, R. The evolution of environmental sociology: a brief history of American experience. In: REDCLIFT, M; WOODGATE (editors). **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 1997.

FERREIRA, L.C. Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. **Revista Idéias**, Campinas, ano 8, n.2, 2001.

_____. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, R. A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente. In: LEIS, H. (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

⁷ Não nos referimos aqui somente à sustentabilidade ambiental, mas a sustentabilidade de uma forma mais ampla.

⁸ Para Saviani (1995) as teorias não-críticas, caracterizadas pela pedagogia tradicional, pela pedagogia nova, e pela pedagogia tecnicista entendem a escola como um instrumento de superação da desigualdade e da marginalidade. Já uma segunda tendência, a teoria crítica, entende a escola como um espaço de discriminação social, com base em estudos de Bourdieu (escola como espaço de reprodução das relações sociais) e Althusser (escola enquanto aparelho ideológico).

HANNIGAN, J. **Environmental sociology**. A social constructionist perspective. London and New York.: Routledge, 1995.

HERCULANO, S. Sociologia ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetivos. **Revista Mundo e Vida**, Niterói, ano 1, v.1, 2000.

HOGAN, D. J.; VIEIRA, P.V. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: editora da Unicamp, 1995.

IANNI, O. **Sociologia da sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **A idéia de América Latina**. Primeira versão, n. 13, IFCH, Unicamp, 1990.

LAYRARGUES, P. P. **Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, 2002, Indaiatuba. [Anais...] Indaiatuba 2002.

LEIS, H. (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: FASE/Vozes, 1991.

PÁDUA, J. A. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

PARDO, M. Sociología y medioambiente: estado de la cuestion. **Revista Internacional de Sociologia**. Córdoba, n. 19-20, 1998. Disponível em: <http://www.unavarra.es/personal/mpardo/pdf/03estado.PDF>. Acesso em: 15 jul. 2004.

COLEÇÃO da Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1 CD-ROM, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 29.ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

SILVA, G. M. D. **Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CAROLINA MESSORA BAGNOLO

Professora. Mestre em Sociologia pela
Universidade Estadual de Campinas.

Doutoranda em Educação pela
Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: carolina_mbagnolo@yahoo.com.br

Recebido em:22/02/2008
Publicado em :20/06/2008